



BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

F-219

26-Ex

70/67

D.P.

4/9/64

**JUSTIFICATIVA PARA A INSTALAÇÃO DO
BANCO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO**

GUILLERMO R. GUZMAN SAAVEDRA

BNDES
AP / COPED
Centro de Pesquisas
e Dados

SRD

AGOSTO, 1964

105706019

BANCO NACIONAL DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - D. A.
BIBLIOTECA

JUSTIFICATIVA PARA A INSTALAÇÃO DO

F-0219



105706019



AP/COPED

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUSTIFICATIVA PARA A INSTALAÇÃO DO
BANCO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

GUILLERMO R. GUZMAN SAAVEDRA

BNDES
AP / COPED
Centro de Pesquisas
e Dados

JUSTIFICATIVA PARA A INSTALAÇÃO DO BANCO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

Guillermo R. Guzman Saavedra

Quando o problema agrícola é tratado em escalas superiores, deve prescindir-se do estudo total das condições de estrutura setorial imperantes nas diversas regiões do País; estas são sobejamente conhecidas por aqueles que tratam do assunto.

O dever das autoridades deve restringir-se a observar que a ajuda que é outorgada a este setor se tem mostrado, se não inoperante, pelo menos pouco satisfatória; assim sendo, teremos que analisar com o devido cuidado as causas do mau aproveitamento de CERTOS recursos colocados à disposição deste setor. Uma análise completa de todos os recursos e problemas, além de demandar mão-de-obra especializada praticamente inexistente, levaria muito tempo em sua elaboração e talvez os resultados fôsem pouco compensadores. Desta forma, analisaremos os que sejam cognominados como principais, ou, por outra, aqueles aos quais a autoridade, seja federal, estadual ou municipal, tem mais acesso.

Inicialmente, verificaremos que as escolas de agronomia têm tido por meta, apenas, formar engenheiros agrônomos, veterinários, pesquisadores etc., deixando-os, após a formatura, lançados à sua própria sorte. Há no Brasil grandes e pequenas fazendas. Existem, também, os proprietários que, em sua maior parte, se não desconfiam dos conhecimentos dos técnicos, ficam alarmados com a idéia de ter que pagar o que eles consideram ordenados acima da capacidade dos seus recursos; os demais temem enfrentar uma inteligência superior.

Assim é que profissionais que poderiam elevar a produtividade do campo recorrem ao expediente normal de arranjar emprego nas próprias Faculdades ou em funções públicas nas cidades, muitas vezes cultivando no asfalto teorias que a prática condennaria. Poucos são, enfim, os que se dedicam ao trabalho de campo, outros somente quando proprietários.

É necessário repisar um aspecto que, aliás, é atecnica deste trabalho: nunca foi esquecido, quer pelos poderes públicos, quer pela iniciativa privada, o amparo à agricultura. Outra coisa é que a colaboração outorgada tenha sido feita sem critério, sem conhecimento de causa, enfim, sem bom senso. Mas a preocupação tem sido constante, senão vejamos:

Os Governos Federal, Estadual ou Municipal têm criado centros agrícolas de pesquisa, alguns completos, ajudados, no início, até por organismos internacionais, porém o espírito de sacrifício dos seus técnicos, com o correr do tempo, tem sido tolhido face a falta de recursos que, se amplos no início, vão diminuindo gradualmente a seguir. O pior é que esses institutos já mais, ou poucas vezes, têm recebido cooperação da iniciativa privada. Países industrialmente adiantados ou agrícolas por exce—

lência têm demonstrado que a iniciativa privada é a que fornece, através de fundações, vastos recursos a essa classe de instituições. No nosso país o encargo é de caráter público e, inclusive, Estados há que acreditam ser de exclusivo caráter federal.

Vemos, então, que quaisquer pesquisas a respeito de sementes híbridas, cruzamento de gado, solos, clima etc - pesquisas estas que, em alguns casos, demandam 4, 6, 8 anos - quando iniciadas, acabam interrompidas pouco tempo depois, não propriamente por falta de técnicos e sim porque as dotações do orçamento federal ou estadual demoram pelo inevitável e necessário processamento burocrático.

Poucas empresas particulares no Brasil possuem laboratórios agrícolas; geralmente se trata de empresas industriais, como, por exemplo, a Belgo-Mineira, cujos estudos e pesquisas do cultivo e exploração do eucalipto fazem inveja a centros adiantados no Exterior. A indústria do papel também se preocupa muito com o reflorestamento de árvores de fibra longa. Poucos ou quase nenhum exemplo se encontra de propriedades dedicadas ao cultivo da cana, algodão, café, trigo, batata, etc. que mantenham esses laboratórios. Desses últimos as notícias são no sentido de obterem, gratuitamente, sementes, relatórios, material etc.

O problema que enfocaremos a seguir diz mais do pequeno e médio proprietário, que é quem mais reclama o amparo que sempre se tem procurado dar. Também não faltam grandes proprietários que, devido as suas possibilidades financeiras superiores, deixam sem oportunidade de obtenção desses benefícios os menos aquinhoados. A falta de uma instrução adequada gera um certo receio a muitos, fazendo com que estes se abstenham de procurar as facilidades oferecidas pelas autoridades. Existe pavor de ser devedor, é mácula penhorar uma propriedade, dívidas são feitas sob palavra. Pouco ou nada se tem modificado na estrutura agrária de 50 anos atrás. Não existem organismos que em benefício da agricultura saibam explorar esses detalhes que a psicologia do agricultor oferece. Muitos técnicos, após uma experiência, declaram o seu fracasso atribuindo-o a ignorância dos beneficiários. Propõem medidas para amadurecerem a longo prazo e as classes agrícolas exigem medidas a curto prazo.

Poderíamos continuar mostrando como o poder público tem procurado colaborar com a agricultura, poderíamos, também, explicar como e porque todas as medidas adotadas têm fracassado e têm servido de meros paliativos. Não devemos esquecer que há, no Brasil, Institutos, Cooperativas, Bancos, Carteiras Agrícolas do Banco do Brasil e dos Bancos dos Estados. Todos tem como objetivo elevar a produtividade da agricultura, aumentar as áreas agrícolas, modificar para melhor as estruturas do setor agropecuario; os esforços, porém, estão espalhados e geralmente uma entidade acha que as medidas complementares são atribuições de outra, sem, ao menos, interessar-se pela sua concretização. A instabilidade funcional também representa parcela de importância. A programação de uma determinada administração nem sempre é encampada pela que lhe sucede.

O Brasil não é o único país que apresenta este pa

norama, pois a situação da agricultura em outros países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento apresenta as mesmas características de diversidade de organismos, uns lutando por impor suas diretrizes aos outros e vice-versa. Por essa razão, e a fim de melhor aproveitar os recursos colocados a disposição da agricultura, adotou-se como instituição para centralizar esses esforços um Banco de fomento agrícola em alguns desses países.

A estrutura dessa instituição difere bastante do banco comercial, pois suas funções em determinados setores são restritas, ao passo que em outros são grandemente diversificadas. Pode dedicar recursos que sejam obrigatoriamente rentáveis, outros somente de rentabilidade indireta, sem benefício a instituição. Determinando estatutariamente suas funções, pode acabar com o problema burocrático antes indicado. Pode concentrar esforços técnicos, financeiros, econômicos, devido à flexibilidade de sua estrutura. Pode pagar melhor seus técnicos e, principalmente, os planos ou programas terão uma estabilidade de critério, apesar das necessárias revisões dos programas. A influência de política pessoal gradualmente irá desaparecendo, visto que a estabilidade funcional dos técnicos dará um maior poder de decisão nos problemas de curto, médio e longo prazos.

O destino de verbas orçamentárias poderá ter um aproveitamento mais racional pelo seu fluxo normal através do Banco agrícola, que poderá colocar a disposição de um programa recursos alheios até serem liberadas as parcelas orçamentárias, cujo processamento burocrático não ficaria mais ao sabor das influências para o pronto andamento. O programa a desenvolver será de caráter assistencial e completo, podendo ir do simples financiamento ao agricultor até a administração ou controle da construção de uma estrada da produção.

O armazém, dependência fundamental desta instituição, colocará à disposição dos agricultores desde as mais simples ferramentas ao mais complicado equipamento, por preços e condições acessíveis aos mesmos. Aliás, o crédito agrícola não será, apenas, a entrega de numerário ao agricultor: aprovado o financiamento de um valor previamente estudado, este será entregue ao agricultor, em espécie; serão sementes, ferramentas indispensáveis, máquinas; ao fim de cada mês o valor da folha de pagamentos de pessoal, seguro agrícola obrigatório, enfim, uma série de bens ou serviços que não poderão ser transferidos a outros setores que não o sítio, a fazenda, chácara etc.

Poderá financiar terras, indicando as características de solo, clima e produtos que deveriam ser cultivados. Poderia organizar cursos agrícolas de curta duração com obrigação de serem aproveitados pelos pleiteantes a um financiamento. Modificará, sob pena de não financiar, plantações que, a seu critério sejam pouco rentáveis; poderá aumentar ou diminuir áreas de plantio, julgará os pedidos em função do tamanho da propriedade, da classe de terras, culturas, criação de gado. Modificará, ampliará ou reduzirá aquilo que no início das suas operações foi solicitado e criará novas oportunidades quando atingir a maturidade e os seus recursos assim o permitirem. O julgamento de um pedido nunca se restringirá aquele valor inicialmente solicitado, uma equipe de técnicos de prática comprovada será quem decidirá o valor do financiamento e as obrigações do agricultor. Quando se

tratar de pequenas propriedades poderá, por conta do agricultor, alugar equipamento pesado, a fim de atender não só este como outros proprietários. Essa equipe poderá ou não ser do Banco. Poderá, também, comercializar colheitas dos pequenos agricultores, cujos meios para este fim são quase inexistentes.

Antes de prosseguir na enumeração das vantagens dessa instituição será necessário deixar claro que, no caso do nosso País, a sua aplicação em escala federal e, pelo menos no seu início, um problema bastante complexo. Assim sendo, sua aplicação só poderá gerar frutos tangíveis se aplicada em âmbito senão estadual, pelo menos regional. Culturas, processos agrícolas, mão-de-obra, possuem características próprias em cada região e as normas aplicadas numa delas nunca serão aplicadas em outras, isto é, a cúpula está, muitas vezes, alheia aos problemas de algumas regiões.

Maior preocupação merece o problema dos recursos, já tão escassos. Necessário é indicar que o Banco agrícola ou agropecuario será, de início, o organismo centralizador dos esforços espalhados. Assim, secretarias de agricultura, carteiras agrícolas, fundos de fomento, verbas orçamentárias seriam canalizadas para essa instituição. Por outro lado, seria de caráter obrigatório que os agricultores da região ou Estado movimentassem conta-corrente, para receber os benefícios desse Banco. Isso carregaria vultosas quantias que poderiam ser melhor aproveitadas dentro do setor.

Empresas que fabricam ferramentas e equipamentos destinados à agricultura, com maior confiança entregariam ao Banco seus produtos, a preços razoáveis em razão das economias de massa, e os prazos com a garantia mais sólida seriam melhores.

Poderia ser feita concentração de máquinas agrícolas em determinados lugares por conta do Banco ou de particulares, a fim de poder alugar esse serviço.

Aproveitar-se-iam os serviços de excelentes técnicos em entidades hoje dedicadas a esse mister. Estes teriam a oportunidade de trabalhar em suas especialidades ao invés de despachar processos burocráticos em repartições públicas.

Convênios poderiam ser firmados com ministérios ou secretarias a fim de melhor administrar recursos dentro de um programa racional.

Também se permitiria a entrega direta de taxas, impostos da agricultura ou daqueles destinados ao fomento agrícola, podendo-se criar outras tributações para este fim.

O problema preliminar da instalação dessa entidade que teria por fim concentrar esforços e programar a agropecuária de uma região, é o de constituir um Grupo de técnicos conhecedores do problema agrário regional do problema jurídico, das bases financeiras, a fim de poder estruturar a entidade dentro dos padrões de alta técnica e sentido prático.

É bem possível que, trabalhando em regime de tempo integral, em menos de 2 meses pudessem apresentar um trabalho bem justificado, capaz de merecer a aprovação e o apoio por parte das autoridades constituídas. Note-se que não será necessária a importação, quer interna quer externa, de técnicos. Existem dentro de cada zona profissionais competentes. Era indispensável esta ressalva, pela experiência que se tem em outros campos em que os resultados nem sempre foram satisfatórios. Deve-se o insucesso a falta de conhecimento integral dos problemas regionais e ao pequeno período de que dispõem os técnicos chamados de outras regiões para resolver problemas de estrutura da região em causa.

Rio de Janeiro, agosto de 1964.

